



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0000798-92.2010.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Crimes Contra A Propriedade Imaterial - Crimes contra a Propriedade Intelectual**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Claudemir Rodrigues**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

CLAUDEMIR RODRIGUES, qualificado nos autos, foi denunciando como incurso no artigo 184, §2º, do Código Penal, porque, no dia 12 de fevereiro de 2010, às 15 horas, na rua Floriano Peixoto, nesta cidade de Ibaté, adquiriu e manteve em depósito, com finalidade de lucro, cópias de fonogramas e videofonogramas reproduzidos com violação do direito dos autores.

A denúncia foi recebida em 20 de fevereiro de 2014 (fls. 126).

Resposta à acusação a fls. 152/156.

No curso da instrução procedeu-se à oitiva de duas testemunhas e ao interrogatório (fls. 196, 232 e 258).

As partes manifestaram-se em alegações finais requerendo a improcedência (fls. 262/269 e 274/278).

É o relatório.
 DECIDO.

Razão assiste às partes. A ação penal não merece prosperar.

Entendeu o Ministério Público ser o caso de absolvição, tendo em vista o teor do laudo pericial.

Como bem assinalado, o laudo não demonstrou a materialidade, uma vez que apenas declarou que o material apreendido não é autêntico, sem, no entanto, descrever quem seriam, de rigor, os legítimos detentores dos respectivos direitos autorais.

Não houve exata delimitação da conduta do acusado com a figura descrita abstratamente no tipo penal, impondo-se a absolvição por fragilidade probatória no que toca à materialidade delitiva.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DISTRITAL DE IBATÉ****VARA ÚNICA****RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação penal para absolver CLAUDEMIR RODRIGUES, qualificado nos autos, da acusação que lhe é dirigida, consistente na prática do delito previsto no artigo 184, §2º, do Código Penal, o que faço com fundamento, no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.

Honorários da Advogada nomeada em 100%. Expeça-se certidão.

P.R.I. Oportunamente, arquivem-se.

Ibaté, 23 de setembro de 2015.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA